

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

### Lilian Evangelista

Licencianda em Química – IFG/Luziânia.

<https://orcid.org/0009-0000-0416-1408>

<https://lattes.cnpq.br/0859503483543531>

E-mail: [lilianevangelista79@gmail.com](mailto:lilianevangelista79@gmail.com)

### Antonio Francisco Jacaúna Neto

Docente/Orientador - IFG/Luziânia.

<https://orcid.org/0000-0001-8493-3745>

<http://lattes.cnpq.br/3679772871974463>

E-mail: [antonio.jacauna@ifg.edu.br](mailto:antonio.jacauna@ifg.edu.br)

### Gilmar Vieira Freitas

Docente/Coorientador - IFG/Luziânia.

<https://orcid.org/0000-0003-0909-3920>

<https://lattes.cnpq.br/9906884711431166>

E-mail: [gilvifreitas@hotmail.com](mailto:gilvifreitas@hotmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N2-27>

**RESUMO:** O Objetivo desse Artigo é apresentar a educação do campo, seu percurso histórico, seus desafios e perspectivas durante a pandemia COVID-19, e um breve mapeamento da realidade da Educação do Campo no município de Luziânia/GO. A metodologia desta pesquisa se desenvolve com a análise de estudos bibliográficos sobre o tema, dados da Secretaria de Educação sobre a efetivação do ensino remoto na região camponesa e todas as perspectivas positivas e negativas no processo de ensino e aprendizado neste período crítico mundial de saúde pública. Para isso, este trabalho se pauta em três pontos fundamentais: uma primeira que descreve como surgiu o conceito de educação do campo, acompanhado de uma perspectiva histórica; uma segunda que narra a efetivação dos marcos legais resultantes da luta dos movimentos sociais com a educação do e no campo; e uma terceira que apresenta um panorama das escolas do campo com mais de um ano no modelo de ensino remoto suas perspectivas e desafios futuros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo. Pandemia COVID-19. Desafios do ensino remoto.

## CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to present rural education, its historical path, its challenges and perspectives during the COVID-19 pandemic, and a brief mapping of the reality of rural education in the municipality of Luziânia/GO. The methodology of this research is developed with the analysis of bibliographical studies on the subject, data from the Department of Education on the effectiveness of remote teaching in the peasant region and all the positive and negative perspectives in the teaching and learning process in this critical period of global public health. For this, this work is based on three fundamental points: the first one describes how the concept of rural education emerged, accompanied by a historical perspective; a second that narrates the effectiveness of the legal frameworks resulting from the struggle of social movements with the education of

and in the countryside; and a third that presents an overview of rural schools with more than a year in the remote teaching model, their perspectives and future challenges.

**KEYWORDS:** Rural Education. COVID-19 pandemic. Challenges of remote teaching.

## INTRODUÇÃO

O conceito de educação do campo ainda é recente e surge a partir das reivindicações de vários movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse conceito ganha reconhecimento quando ocorrem a I Conferência Nacional por uma Educação Básica em 1998 e a II Conferência Nacional em Educação do Campo, em 2004, ambas no município de Luziânia-GO (BRITO, 2008). Para entender melhor como surge esse conceito de educação do campo, e sua evolução, conquistas, dificuldade, desafios, faz-se aqui, um pequeno discorrimento, do seu percurso histórico e conquistas legais até chegarmos aos dias de hoje e o caos que a pandemia do Covid-19 trouxe para as vidas das pessoas e o processo de ensino aprendido, onde nos adaptamos ao novo modelo de ensino, o Remoto e lidar com todas as dificuldades e desafios que chegou com ele. Portanto, aqui estaremos tentando entender como está ocorrendo este processo no campo uma vez que as dificuldades e desafios são infinitamente maiores.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O processo de popularização da educação brasileira é um processo árduo, constante e recente surgido a partir das minorias que formam a base da sociedade. Os homens e mulheres camponeses antes suprimidos por uma educação que esmagava seu estilo de vida, sobrepondo a educação urbana dentro de sua realidade agora, passam a lutar por uma educação que seja coerente às suas demandas e que atenda às necessidades de seu povo e acima de tudo uma educação rente à sua realidade. Em 1932, é publicado o Manifesto dos Pioneiros<sup>1</sup>, um documento redigido por educadores onde se reivindica um plano nacional de educação que atue contra à fragmentação e desarticulação do

---

1 Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. Disponível em: [www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/](http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/) >; acesso em 10 maio 2023.

ensino. Outro fator importante foi o processo de modernização agrícola ocorrida no campo que abriu espaço para os latifundiários excluírem o agricultor familiar das técnicas de plantio. Dentro do mesmo espaço de tempo, o processo de industrialização nas cidades emanava uma visão utópica. Esses dois fatores juntos com a precarização da educação dentro do espaço rural privaram o povo camponês de ter acesso às políticas e serviços públicos que acabou servindo de combustível para o aceleração do êxodo rural nos anos 50 (BRITO, 2008). Vale ressaltar que o descompromisso do Estado em relação às escolas camponesas e para com os camponeses, fizeram com que as próprias comunidades criassem suas escolas com o intuito de garantir a educação de seus filhos, iniciativa apoiada pelas igrejas e pelos movimentos sociais. Um dos avanços dessa época, antemão não fosse interrompido pelo Golpe Militar de 1964, era o Plano Nacional de Alfabetização, composto por Paulo Freire em 1963 que tinha por objetivo alfabetizar cinco milhões de brasileiros num intervalo de dois anos (IPEA, 2011).

Com o Golpe Militar de 1964, ocorre uma mudança no panorama social, com a interrupção da comunicação dos movimentos populares com o Governo, a educação passa a seguir o viés dicotômico, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) (SILVEIRA, 2017). A reação do povo ante o autoritarismo levou o Estado a participar de forma mais ativa no cenário rural brasileiro, o que por sua vez levou à expansão das possibilidades, como a Educação de Jovens e Adultos, para com a escola rural. A expansão dessas possibilidades foi um tema recorrente dentre várias discussões posteriores, que levaram por sua vez a formulação da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a partir da Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 28, ressalta a importância de propor uma educação que promova as adaptações necessárias para a Educação do campo conforme suas peculiaridades (BRASIL, 1996).

Leite (2002), aponta pelo menos três grandes problemas pertinentes aos anos 1990:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais.
2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral;
3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente, estipulado por

resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos (LEITE, 2002, p. 55-56).

Essa participação da clientela rural na construção de uma ação didática-pedagógica-metodológica, marcou a caminhada do movimento nessa década, de modo a ser um ponto de pauta em 1997, quando aconteceu o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, em Brasília–DF. Este Encontro foi resultado de uma parceria entre o MST e a Universidade de Brasília (UnB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Por essas pautas articuladas com essas parcerias, o I ENERA afirmou-se como um marco histórico na luta pela Educação do Campo. Munarim (2008), confere essencial valor afirmando que “O ENERA seria um exemplo paradigmático do que estou chamando de ‘momento’”. No caso, este é o primeiro ‘momento’ do Movimento Nacional de Educação do Campo” (MUNARIM, 2008, p. 62).

Nessa mesma direção, em 1998, ocorreu a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, realizada em Luziânia – Goiás, que incorporou o conceito de Educação no Campo. Se antes a Educação Rural incorporava a educação urbanizada no ambiente rural, agora a Educação no Campo passa a incorporar a produção de vida, o conhecimento e a cultura do campo, em suma, o cotidiano rural na educação dos camponeses. A Conferência também tratou de apontar direções para os educadores e para a escola do campo. É importante ressaltar que a Educação no Campo trata sempre da luta popular pela ampliação e permanência do direito da escola pública, gratuita e de qualidade no campo. Faz-se necessário pensar em estratégias que reafirmem a identidade do homem do campo. Segundo Caldart (2004), no campo, “há diferentes sujeitos: pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, assalariados rurais e outros grupos mais” (CALDART; ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 153). Em resumo, a educação no campo visa atender às necessidades educacionais específicas das populações rurais, enquanto a educação do

campo tem como objetivo a transformação social dessas populações, promovendo uma educação crítica e interdisciplinar que valorize a cultura e os saberes locais. Tudo isso ocorreu a partir dos debates acumulados pelos movimentos sociais, universidades e o Governo, formou-se a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, parceria entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de seu Setor Educação e das Pastorais Sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UnB) (ARROYO; FERNANDES, 1999).

Em agosto de 2004 aconteceu a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em Luziânia – Goiás, onde incluiu-se a ampliação de novos campos de luta para a Educação do Campo. Inseriu-se novamente, a partir da conferência, o campo e a educação no cenário político do país, como um direito de todos e o dever do Estado. Os debates ocorridos nessa Conferência deram origem, ainda no mesmo ano, à criação da Coordenação-Geral de Educação do Campo, incumbida de guiar e elaborar a Política Nacional de Educação do Campo; a institucionalização do Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo (GPT) e ao incentivo da criação de Comitês/Fóruns e Coordenações Municipais e Estaduais de Educação do Campo. Ainda em 2004, o governo do Brasil criou dentro do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que contém a Coordenação Geral da Educação do Campo (INEP, 2007).

Continuando a trajetória histórica da educação do Campo, é importante registrar que em 2010, foi criado o Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC). Segundo Molina (2015) ele se constituiu como espaço central para articulação dos diferentes sujeitos coletivos que lutam por esta causa. O Fórum busca a partir de reuniões produzir “análises sobre esta conjuntura, com a perspectiva de orientar, a partir destas análises comuns, o sentido e direção das lutas a serem empreendidas pelas diferentes organizações que o integram” (MOLINA, 2015, p. 1).

Deste modo, percebe-se que os Fóruns, as Conferências, a Articulação e os Movimentos Sociais citados acima foram os precursores iniciais que serviram de base para a elaboração dos marcos legais que asseguram às populações camponesas o direito à

educação conforme suas respectivas realidades.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONQUISTA DE MARCOS LEGAIS

Na esfera das políticas públicas para a educação do campo, existem problemas que carecem de atenção de forma específica e emergencial: a falta de escolas próximas às moradias dos alunos; a precariedade das estradas e do transporte escolar; baixa oferta de vagas para o Ensino Fundamental II e Ensino médio; emprego de poucos recursos na manutenção e construção do espaço escolar; falta de formação inicial e continuada para os professores que atuam nas escolas do campo; remuneração baixa dos professores entre outros. Dessa forma, o direito constitucional à educação não é só um direito fundamental para o ser humano como também é um direito que o auxilia a desenvolver suas habilidades e o capacita para transformar o meio em que vive exercendo sua cidadania de forma satisfatória e também para qualificá-lo para o mundo de trabalho.

A aprovação da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em relação à população campestre, esta Lei em seu artigo 23, parágrafo 2º, nos diz: “§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei” (BRASIL, 1996; grifos nossos).

Já o artigo 26:

A Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, p. 3).

Por último, o artigo 28 estabelece as normas para com a educação da população rural:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as ADAPTAÇÕES necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do

ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 3).

Observa-se que os artigos acima formam a base para a elaboração de marcos legais e pedagógicos para a Educação do Campo. De modo especial, os artigos 23, 26 e 28 desta LDB, propiciaram as ações tomadas pela articulação em defesa da educação camponesa, os vários debates levantados pelos fóruns, assim como também, a I e II Conferência Nacional por uma Educação do Campo contribuíram para a aprovação de um conjunto de leis que estabelecem orientações e procedimentos para o funcionamento das escolas do campo e programas de formação para professores (BRITO, 2008). Dentre as várias conquistas legais, destaca-se a seguir alguns dos principais marcos legais aprovados a partir dos anos 2000.

➤ Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação: As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo são um conjunto de princípios que visam a adequar as escolas do campo em todos os níveis de ensino da Educação Básica. Essas diretrizes são advindas da contribuição de vários movimentos sociais do campo. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001, p. 1)

➤ Parecer CNE/BNC nº 1, de 2 de fevereiro de 2006: Este parecer dispõe sobre os dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos centros Familiares de Formação de Alternância (CEFFAs). Neste tipo de pedagogia, o aluno alterna períodos entre a escola em regime de internato, onde aprende os conteúdos acumulados e sistematizados considerando sua vivência e desenvolvimento e em outra época fica com a família, pondo em prática o conhecimento adquirido na escola através de projetos, o que configura o papel da família dentro desse aspecto como meio sócio profissional, tendo como objetivo principal “possibilitar a educação em tempo integral, envolver a família na educação dos filhos, fortalecer a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos (JESUS, 2010, p. 1)”.

➤ Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008: Essa resolução trata da oferta de vagas escolares em escolas mais próximas da residência do educando e estabelece

diretrizes, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento da Educação Básica do Campo. Trata-se também sobre a garantia do acesso escolar para as crianças do campo, buscando solucionar os problemas causados pela nucleação escolar, processo pelo qual se transferiram as crianças da zona rural para escolas urbanas.

➤ Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010: Trata-se sobre ações prioritárias para qualificação e ampliação da oferta da educação básica e superior para o povo campestre. Estabelecem-se critérios para o processo educacional do campo e mecanismos que auxiliem na superação da dívida histórica dessa modalidade de ensino para com o povo campestre, seja ele nos diferentes níveis de ensino; infraestrutura; transporte escolar; na formação inicial e continuada; recursos pedagógicos e específicos; financiamento do transporte escolar; normas de adequação do calendário escolar etc. (BRASIL, 2010).

➤ Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013: O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) é um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da Educação do campo em todas as etapas e modalidades (BRASIL, 2013).

➤ Lei 12.960 de 27/03/2014: A referida lei dita parâmetros para o fechamento das escolas do campo, dispondo que “O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar” (NR) (BRASIL, 2014).

## ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

No final de 2019 começou a se espalhar pelo mundo um vírus mortal, COVID-19 onde a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu alertas e protocolos de segurança necessários para conter o mesmo. Porém infelizmente, a propagação deste foi intensa e

avassaladora pelo mundo todo, e aqui no Brasil não foi diferente, obrigando assim o Governo Federal a tomar medidas, em todas as áreas para se conseguir cumprir as recomendações da OMS (Organização Mundial de saúde), fechando comércio, escolas, repartições públicas, restrições em serviços essenciais como saúde e alimentação.

O Ministério de Educação (MEC), através de Portarias (nº 343, de 17/03/2020; nº 345, de 19/03/2020; nº 473, de 12/05/2020 e nº 544, de 17/05/2020), e decretos (Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020; o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.) impôs novo modelo de ensino baseado na Educação a Distância, conhecido como ensino remoto, implementando este sistema as instituições Públicas e privadas, mantendo o vínculo dos alunos com a escola e se fazendo cumprir calendário escolar, cumprindo o ano Letivo. Todavia, não foi considerado a infraestrutura precária, falta de internet principalmente para a população camponesa, que são fundamentais na realização deste modelo de ensino. Despertando certo receio, do que já estava ruim se tornar mais precário.

Diante desse quadro, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) conclama o Movimento da Educação do Campo no Brasil – por meio dos fóruns e comitês estaduais, regionais e municipais de Educação do Campo; movimentos e organizações sociais dos povos tradicionais e camponeses; universidades e redes de ensino; organizações governamentais e não governamentais – a se manter vigilante e assumir uma posição firme contra a implantação precária e intempestiva da EAD que vem sendo apresentada por meio de aulas televisivas, plataformas digitais e outras mídias, sem considerar a falta de infraestrutura, sobretudo nas áreas rurais, e a necessidade de formar professores, alunos e familiares para esse fim. Posicionar-se radicalmente contra as medidas burocráticas e padronizadas que se limitam a pautar o calendário escolar durante a pandemia, ao invés de criar as condições materiais necessárias para proteger a vida e os direitos dos sujeitos envolvidos com a educação e, desse modo, minimizar os impactos do distanciamento social (FONEC. A Educação do Campo no enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Brasília, DF, 15 de abril de 2020, p. 2).

Esta nota publicizada pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) chama a atenção para a situação da Educação do Campo durante a pandemia e conclama o Movimento da Educação do Campo no Brasil a se manter vigilante e assumir uma posição firme contra a implantação precária e intempestiva da Educação a Distância (EAD). O FONEC argumenta que a implementação da EAD tem sido feita de maneira insuficiente, sem levar em conta a falta de infraestrutura nas áreas rurais e a necessidade de formar professores, alunos e familiares para esse fim. Além disso, o FONEC pede que

sejam criadas as condições materiais necessárias para proteger a vida e os direitos dos sujeitos envolvidos com a educação durante a pandemia, em vez de apenas pautar o calendário escolar.

Esse documento do FONEC destaca a importância da Educação do Campo e a necessidade de se proteger e fortalecer essa modalidade de ensino durante a pandemia. A educação no campo enfrenta desafios específicos em relação à educação urbana, como a falta de infraestrutura, a escassez de recursos e a dificuldade de acesso à tecnologia. Portanto, a implementação da EAD precisa levar em conta esses fatores e garantir que os estudantes e professores do campo tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais que os estudantes urbanos, alertando para que medidas burocráticas e padronizadas que simplesmente pautam o calendário escolar durante a pandemia não são suficientes para proteger a vida e os direitos dos sujeitos envolvidos com a educação. Em vez disso, é necessário criar as condições materiais necessárias para garantir que a educação no campo possa continuar de forma segura e eficaz durante a pandemia.

Das mais de 180 mil escolas brasileiras, 55 mil estão na zona rural, segundo o Censo Escolar de 2019. Nessas áreas, 48% dos domicílios não possuem acesso à internet, uma taxa que aumenta conforme diminui a renda. Dos estudantes com 10 anos ou mais sem acesso à internet, 95,9% estudam em escolas públicas. Os dados são da pesquisa TIC Domicílios de 2019 (IBGE 2020), criando abismo gigante entre a qualidade do ensino empregado no campo em relação a outras, pois o método remoto necessita do uso de tecnologias para ser realizado, que por sua vez são precários para a população camponesa. Para Mônica Molina (2020), professora e diretora do Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB), é importante que se garanta o que está previsto no artigo 206 da Constituição Federal, onde o ensino será ministrado com base nas condições para o acesso e permanência na escola.

“As condições de estrutura são infinitamente piores no campo. O Fórum Nacional de Educação do Campo [no qual ela faz parte] fez um levantamento e apontou que o índice mais alto de acesso à internet nessas regiões é de 25%”, explica Mônica. “Isso significa que a maior parte dos estados não têm internet disponível e os que têm, o acesso não é suficiente, pois as famílias têm apenas um celular ou uma banda larga lenta” (Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/19440/escolas-rurais-em-quarentena-internet-via-radio-acesso-limitado-aos-materiais-impressos-e-evasao-escolar#=\\_](https://novaescola.org.br/conteudo/19440/escolas-rurais-em-quarentena-internet-via-radio-acesso-limitado-aos-materiais-impressos-e-evasao-escolar#=_)). Acesso em 02 de maio

2023).

Porém o deterioramento da Educação do campo, e o desmoronamento de anos de lutas e conquistas começam antes da pandemia chegar, mais sim em 2016, com o Impeachment (golpe) da presidenta Dilma. Esse descaso progride ainda mais no Governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019 à 2022) que foi duramente criticado por suas políticas em relação à educação do campo. Algumas das principais críticas dizem respeito à falta de investimentos na educação rural, à redução de programas e políticas voltados para a educação do campo e ao desmonte de instituições responsáveis pela promoção da educação no campo.

Uma dessas ações políticas ocorreu em 2019, quando o Ministério da Educação anunciou a suspensão de investimentos em políticas voltadas para a educação do campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa Nacional de Apoio onde ocorreu a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) voltadas à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental. Esta também desenvolvia ações no campo de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais, causando a não existência de uma proposta curricular específica capaz de tratar das questões locais e da realidade do campo, um currículo próprio, com olhar pedagógico capaz de atender o acesso e permanência dos estudantes, que desenvolva empatia, que ofereça condições necessárias e espaço físico adequado, com disponibilidade de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, com conteúdos e práticas de valorização da vida, respeitando valores e costumes do cotidiano próprios dessas realidades, aplicado no campo, e essa Condição se tornou mais expressiva com a pandemia onde não se teve nenhum decreto específico, ou políticas públicas pensado pelo ministério da educação voltado exclusivamente para os povos camponês causando um retrocesso em anos de lutas e conquistas.

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A pandemia da COVID-19 trouxe muitos desafios para a educação do campo, que

já enfrentava dificuldades antes mesmo da crise sanitária. Algumas das principais dificuldades enfrentadas durante a pandemia foram:

**Acesso à tecnologia e internet:** muitas áreas rurais ainda não possuem acesso à internet e tecnologia necessária para a realização de aulas online, dificultando o acesso à educação para os estudantes do campo.

**Falta de estrutura das escolas:** muitas escolas do campo possuem infraestrutura precária e não possuem condições adequadas para garantir a segurança dos estudantes e professores durante a pandemia.

**Dificuldades de deslocamento:** muitos estudantes do campo precisam se deslocar grandes distâncias para chegar à escola, o que pode ser um desafio durante a pandemia, especialmente em áreas onde o transporte público é limitado.

**Falta de incentivo e reconhecimento:** a educação do campo muitas vezes não recebe o reconhecimento e incentivo necessários, o que pode dificultar a continuidade do trabalho e a manutenção dos programas e políticas voltadas para essa área.

**Acesso à tecnologia e internet:** O acesso limitado à tecnologia e à internet em áreas representa um desafio significativo para os estudantes do campo. A falta de conectividade dificulta a participação em aulas online, o acesso a recursos educacionais digitais e a comunicação com professores e colegas. Essa disparidade digital aprofunda a desigualdade educacional entre áreas urbanas e rurais, exigindo esforços para garantir o acesso igualitário a esses recursos e infraestrutura tecnológica.

**Falta de estrutura das escolas:** Infraestrutura precária e inadequada é uma realidade em muitas escolas do campo. Essas condições precárias podem comprometer a segurança e o bem-estar dos estudantes e professores, especialmente durante a pandemia. É fundamental investir na melhoria das instalações físicas das escolas, garantindo ambientes seguros, confortáveis e propícios para o aprendizado. Isso inclui melhorias nas salas de aula, saneamento básico, fornecimento de água potável e espaços adequados para atividades extracurriculares.

**Dificuldades de deslocamento:** As longas distâncias que os estudantes do campo muitas vezes precisam percorrer para chegar à escola representam um desafio adicional, especialmente quando o transporte público é limitado. Durante a pandemia, essas

dificuldades de deslocamento podem ser ainda mais acentuadas, tornando o acesso à educação presencial ainda mais complicado. Nesse sentido, é importante buscar alternativas para garantir o acesso dos estudantes do campo à educação, como transporte escolar adequado e a possibilidade de aulas remotas quando o acesso presencial não for viável.

Contudo a **falta de incentivo e reconhecimento a educação do campo** não recebe o reconhecimento e o incentivo necessários. A falta de valorização pode desmotivar professores e estudantes, além de dificultar a continuidade do trabalho e a manutenção de programas e políticas voltadas para a educação rural. É fundamental que haja políticas de incentivo e valorização, que reconheçam a importância da educação no campo e ofereçam apoio adequado aos professores e alunos, promovendo a continuidade e o aprimoramento da educação rural. Isso inclui investimentos em formação de professores, recursos educacionais adequados e programas de incentivo à permanência e ao sucesso dos estudantes no ambiente rural, como afirma Freitas em seu artigo Educação do campo e desigualdade social "Na perspectiva da educação do campo, a desigualdade social é um fenômeno estrutural que se perpetua por meio da exclusão das classes populares do acesso aos bens sociais, entre os quais se destaca a educação, como um direito humano fundamental."(Gilmar Vieira. Educação do campo e desigualdade social).

O autor discute como as condições sociais e econômicas presentes nas áreas rurais afetam o acesso à educação e contribuem para a perpetuação das desigualdades e analisa os desafios enfrentados pelas escolas do campo, como a falta de estrutura adequada, o acesso limitado a recursos tecnológicos e a distância física das comunidades. Ele argumenta que esses fatores dificultam o acesso à educação de qualidade e reforçam as desigualdades sociais existentes. Além disso, o autor destaca a importância de políticas públicas voltadas para a educação do campo, com investimentos em infraestrutura, formação de professores e desenvolvimento de currículos adequados às realidades locais. Ele ressalta que a educação do campo deve ser vista como um instrumento de transformação social e de promoção da igualdade.

Portanto, contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pela educação do campo e como a desigualdade social impacta o acesso e a qualidade dessa educação. Ele oferece insights e reflexões importantes para a formulação de políticas educacionais mais

inclusivas e equitativas para as comunidades rurais. Outro problema grave é a evasão escolar em todo o país e, durante a pandemia, essa situação se agravou ainda mais na educação. Isso se deve a vários fatores, como a falta de acesso à tecnologia e à internet, a necessidade de trabalhar para ajudar a família, a desmotivação e a falta de acompanhamento dos pais ou responsáveis. Na educação do campo, a situação pode ser ainda mais delicada, pois muitas vezes as escolas rurais estão localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, o que torna o acesso à tecnologia e à internet ainda mais limitada. Além disso, muitos alunos da zona rural precisam ajudar seus pais em atividades agrícolas, o que pode dificultar a participação nas atividades escolares.

Para enfrentar o problema da evasão escolar na educação do campo durante a pandemia, se fez necessário um esforço conjunto entre os governos, as instituições de ensino e as comunidades rurais, sendo necessário garantir que os alunos tenham acesso às ferramentas e recursos necessários para acompanhar as aulas à distância, como a distribuição de tablets, laptops e celulares com acesso à internet. Além disso, é importante oferecer capacitação para os professores da educação do campo para que possam utilizar as tecnologias disponíveis de forma adequada. Também é fundamental que as escolas rurais estabeleçam um sistema de acompanhamento dos alunos e de suas famílias, para identificar possíveis problemas e oferecer suporte e orientação. É importante que as escolas criem estratégias de incentivo para manter os alunos motivados e engajados, por exemplo, por meio de atividades que envolvam a agricultura e a preservação do meio ambiente.

Outro fato que chama atenção é que as escolas que fazem uso da pedagogia de alternância estão tendo melhores resultados por parte dos alunos. A pedagogia de alternância é um modelo educacional que combina momentos de aprendizado em sala de aula com períodos de atividades práticas em um ambiente diferente, geralmente em uma fazenda ou área rural. Esse modelo permite aos alunos desenvolver habilidades práticas e conhecimentos teóricos, além de uma maior compreensão do mundo em que vivem uma vez que este método busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade em que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e o trabalho escolar como relata Adair Pozzebon, membro da coordenação da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul

(EFASC), no Rio Grande do Sul.

Fizemos muitas pesquisas para entender o contexto de cada família, e vimos que 94% dos estudantes têm acesso à internet em casa. Aqui temos uma condição distinta em relação à realidade do campo, pela dinâmica regional, por ser tudo mais perto, de fácil acesso. Ainda assim, tem a questão da qualidade desse acesso, que não suporta vídeo, por exemplo” (<https://educacaointegral.org.br/reportagens/um-retrato-dos-desafios-da-educacao-do-campo-no-contexto-da-pandemia>).

Todavia, apesar dos desafios, a pandemia também trouxe algumas perspectivas para a educação do campo, como:

**Maior valorização da educação:** a pandemia pode ter ajudado a valorizar ainda mais a importância da educação, especialmente no campo, onde as dificuldades de acesso são maiores.

**Novas formas de ensino:** a pandemia pode ter incentivado a busca por novas formas de ensino, como aulas remotas, que podem ser uma alternativa para garantir o acesso à educação em áreas rurais.

**Fortalecimento de parcerias:** durante a pandemia, muitas parcerias foram fortalecidas entre escolas, organizações da sociedade civil e outras entidades, o que pode contribuir para o fortalecimento da educação do campo no futuro.

**Maior conscientização sobre a importância do desenvolvimento rural:** a pandemia pode ter contribuído para uma maior conscientização sobre a importância do desenvolvimento rural e da promoção da educação no campo para a construção de um país mais justo e sustentável.

**Maior valorização da educação:** A pandemia trouxe à tona a importância crucial da educação, e isso se aplica especialmente no campo, onde as dificuldades de acesso já eram mais pronunciadas. A crise sanitária ressalta a necessidade de assegurar que todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade. Essa valorização pode estimular investimentos e políticas públicas direcionadas para a melhoria da educação no campo. Já as Novas formas de ensino surgiram na pandemia com a busca por soluções alternativas para garantir a continuidade do ensino, levando ao surgimento de aulas remotas e outras formas de educação à distância. Essas inovações podem representar uma alternativa viável para superar os desafios de acesso à educação em áreas rurais, permitindo que os estudantes do campo tenham acesso ao conteúdo educacional mesmo quando o acesso presencial não é possível.

**Fortalecimento de parcerias:** Durante a pandemia, muitas parcerias entre escolas, organizações da sociedade civil e outras entidades foram fortalecidas. Essa colaboração mútua contribui para o fortalecimento da educação do campo, permitindo o compartilhamento de recursos, conhecimentos e experiências. Essas parcerias podem se manter no pós-pandemia, criando redes de apoio e colaboração que fortalecem o desenvolvimento educacional nas áreas rurais.

**Maior conscientização sobre a importância do desenvolvimento rural:** A pandemia trouxe à tona a necessidade de um desenvolvimento rural mais sustentável e justo. A crise evidenciou a importância do campo para a produção de alimentos e para a economia, destacando a relevância da educação como um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável. A conscientização resultante da pandemia pode impulsionar esforços para investir na educação do campo e promover políticas que valorizem o desenvolvimento rural de forma integral, incluindo a formação educacional como um componente essencial.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E O MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA/GO

Neste capítulo serão apresentados dados obtidos em 2018 em um projeto de iniciação científica e vivências minhas, pois estou Coordenadora em uma Escola Em Período Integral Urbana, que em 2022 recebeu 86 alunos de uma escola Rural fechada, por contenção de despesas. Ressalto aqui também que busquei informações atuais nas secretarias Municipal e Estadual de Educação, porém não obtive resposta.

Luziânia é um município localizado no estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil. É o terceiro município mais populoso do Entorno do Distrito Federal, região que envolve várias cidades goianas e também mineiras, além do próprio Distrito Federal. Segundo dados do censo demográfico de 2021, este município possui 205.023 habitantes. Estima-se que apenas 7% (aproximadamente 15.025 habitantes) vivem na zona rural. Desses 7%, apenas 0,80% (1200,2 habitantes) estavam matriculados regularmente no ensino básico. De acordo com o último censo escolar disponibilizado, o de 2018, o município apresenta o seguinte quadro de alunos regularmente matriculados em suas dez escolas campesinas: Escola Polo Rural Realino Caixeta; Escola Polo Rural Realino

Caixeta; Escola Polo Municipal Rural Samambaia - Darcy Ribeiro; Escola Polo Municipal Rural Americanos ,Escola Polo Municipal Rural da BR-040 - Hortência Maria Felácio; Escola Polo Municipal Rural José Rodrigues Reis; Colégio Estadual Três Vendas; Colégio Estadual Valderi Santos; Colégio estadual Nair Tiecher e Colégio Estadual Ilidio de Souza Lemos.

Matrículas em creches	0 estudantes
Matrículas pré-escola	26 estudantes
Matrículas anos iniciais	887
Matrículas anos finais	472 estudantes
Matrículas ensino médio	176 estudantes
Matrículas EJA	16 estudantes
Matrículas educação especial	32 estudantes

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Escolar de 2018.

Observa-se pelas informações do quadro acima que quanto maior o grau de ensino há uma redução do número de matrículas, o que nos leva a inquietações importantes: o que ocasiona a diminuição no número de matrículas? Seria a evasão escolar? Professores não capacitados? A transferência de alunos para as escolas da zona urbana? São questões que merecem aprofundamento em estudos futuros.

Além das discussões bibliográficas, considera-se para estas reflexões, foi feita uma análise documental de Projetos Político Pedagógico (PPP) de duas escolas do campo situadas no município de Luziânia/GO, aqui denominadas apenas por escola A e escola B., por isso, será utilizada a denominação de PPP A e PPP B para as referências consultadas. A partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas A e B foram feitas as seguintes observações. A escola A atende aos alunos de um total de vinte e três áreas (delimitação de espaço pelo logradouro e das fazendas adjacentes), enquanto a escola B atende aos alunos de oito áreas que antes da sua homologação como escola polo, atendia esses alunos de forma multisseriada em suas respectivas regiões.

O PPP A não cita sobre o transporte escolar ou sua participação no Programa Nacional de Transporte Escolar. Conforme PPP B, faz uso deste programa e conta também com o apoio de seus motoristas para auxiliar nos eventos escolares e a manutenção do espaço escolar. A escola B conta com a parceria de uma empresa agrícola que patrocina o Projeto de Leitura da escola com premiações para os alunos. A escola B relata em seu PPP que a participação da comunidade no espaço escolar tem diminuído

com o passar dos anos (PPP A e PPP B). No diagnóstico atual, a escola A apresenta um índice de 97% de alfabetização. A escola B apresenta um total de 3,06% de reprovação, os alunos reprovados são da mesma turma e são alunos que não se encontravam nivelados com os demais. As duas escolas apresentam como problema a participação da comunidade quase nula, propondo os eventos e festas escolares para solucionar esse déficit.

As duas escolas não apresentam objetivos voltados para o campo, todos os objetivos listados são comuns com os objetivos propostos em PPPs das escolas urbanas. As escolas não desenvolvem projetos que sejam voltados à área do campo, só são desenvolvidos projetos que minem as dificuldades de aprendizagem e fixação. As duas escolas apresentam seguir o modelo de gestão democrática, a escola B traz em seu PPP na proposta curricular que “procura ser um espaço de discussão e reflexão, que busca soluções em conjunto com a comunidade escolar e o Conselho Escolar, oportunizando todos a participarem da tomada de decisão, buscando solução para os inúmeros problemas pertinentes a uma escola” (PPP B, p. 6).

As duas escolas desenvolvem discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo como foco a adaptação das escolas às novas realidades das mesmas. A Secretaria Municipal de Educação de Luziânia (SMEL) fornece uma tabela de referência entre a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Referência do município, de acordo com sua série/ano para que as escolas façam esse estudo junto aos seus professores. Conforme PPPs analisados, a escola A participa dos seguintes programas: Programa PDDE Básico, Programa PDDE Estrutura, Programa PDDE Qualidade - Mais Alfabetização e repasse da Prefeitura Municipal de Luziânia. A escola B participa dos programas: PDDE/Básico, PDDE/Qualidade e Proafem.

É notável que as duas escolas que tiveram seus PPPs analisados, não estão de acordo com as políticas de educação do campo, conforme princípios estabelecidos pelo Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010, em seu Art. 2º:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à **formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo**, estimulando o desenvolvimento

das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - **valorização da identidade da escola do campo** por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

Os princípios mencionados destacam a importância de uma abordagem inclusiva e sensível às necessidades específicas das escolas localizadas em áreas rurais, conhecidas como escolas do campo. Vamos comentar cada um dos princípios:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia:

Esse princípio reconhece que as comunidades rurais são diversas e possuem particularidades em diferentes aspectos. Isso implica valorizar e respeitar as diferentes identidades, perspectivas e realidades presentes nas escolas do campo. A abordagem pedagógica deve considerar as diferenças culturais, socioeconômicas, de gênero, geração, raça e etnia, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho: Esse princípio destaca a importância de criar projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo. Esses projetos devem estimular o desenvolvimento de espaços de investigação e experiências relacionadas ao contexto rural, promovendo a conscientização sobre o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável. Além disso, é crucial que haja uma conexão

entre a escola e o mundo do trabalho, buscando preparar os alunos para as realidades e oportunidades do campo.

III - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo: Esse princípio enfatiza a importância de oferecer formação adequada aos profissionais da educação que trabalham nas escolas do campo. É essencial que eles compreendam as especificidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais, considerando as condições reais de vida e trabalho no campo. A formação dos educadores deve contemplar estratégias pedagógicas adaptadas à realidade rural, promovendo uma educação de qualidade e relevante para os alunos.

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas: Esse princípio destaca a importância de valorizar a identidade das escolas do campo. Isso implica na adaptação dos currículos e metodologias de ensino para atender às necessidades reais dos alunos rurais, considerando sua realidade e contexto. Além disso, é fundamental ter flexibilidade na organização escolar, levando em conta o ciclo agrícola e as condições climáticas da região, permitindo uma maior conexão entre o currículo escolar.

No mês de abril de 2022, ocorreu o fechamento da Escola Estadual Três Vendas, uma escola do campo, que atendia a 86 alunos do ensino fundamental II. Todos os estudantes foram transferidos automaticamente para o Centro de Ensino em Período Integral Francisco Machado de Araújo, juntamente com três dos seus professores efetivos. Os pais/responsáveis foram informados sobre a transferência em uma reunião, sendo comunicados de que não poderiam escolher outras unidades escolares urbanas para seus filhos, uma vez que o transporte escolar estava disponível apenas para os alunos do fundamental II que moravam no campo, no município de Luziânia, com destino a essa escola. O processo de adaptação é lento e doloroso tanto para os pais quanto para os alunos, que estavam acostumados a passar 5 horas na escola e o restante do dia livre para

desfrutar do campo, ajudar suas famílias em suas pequenas propriedades ou fazendas onde moram. Agora, eles passaram à ficar 9 horas dentro da escola, e muitos relatam sentir-se presos, como passarinhos em uma gaiola. Eles chegam sonolentos e cansados, pois saem muito cedo de casa, e a maioria retorna à noite, muitas vezes sem jantar.

Atualmente, a escola recebe 116 alunos da zona rural, provenientes de várias regiões, como Três Vendas, Taipas, Lixão, Fazenda Palma, Fazenda Corumbá e toda a região dos alagados. Os alunos que vêm dos alagados são os que mais sofrem, pois seus domicílios estão a mais de 100 km da cidade, em estradas ruins, sem acesso alternativo e sem iluminação. Quando chove, as estradas se tornam intransitáveis, não havendo alternativas de acesso. Já houve casos em que um aluno ficou 15 dias sem vir à escola devido a uma ponte quebrada. Todos os dias, só conseguimos descansar quando os pais avisam nos grupos de WhatsApp que todos estão em casa, pois é comum o transporte quebrar e, devido à falta de sinal na região, ficarmos sem notícias e preocupados. Quando menciono "ficarmos", refiro-me aos pais e ao grupo gestor do CEPI (Centro em Período Integral), que utilizamos nossos carros pessoais para sair em busca de notícias. Apesar das dificuldades e da drástica mudança no ambiente escolar, nas metodologias de ensino e nos componentes curriculares, uma vez que somos uma escola em período integral com um núcleo diversificado, composto por eletivas (oficinas educativas), protagonismo juvenil e estudo orientado, todo o corpo docente se esforça para tornar a rotina de ensino mais prazerosa para os estudantes e diminuir a lacuna cultural, social e econômica entre eles e os alunos urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo é fruto da luta de movimentos sociais que intencionavam uma educação que acordasse com os interesses da população camponesa, e que fortalecesse os costumes da pessoa do campo, para que ele tivesse orgulho de seu modo de vida, seus costumes e sua terra. Nesse processo de construção da educação do campo, uma das grandes conquistas é o decreto Nº 7.352/2010 (BRASIL, 2010). Ressalta-se aqui também, a importância das diretrizes normativas para a educação do campo publicadas no CNE.

Ao buscar observações iniciais da situação da educação para a população campesina em Luziânia, pode-se observar que o município ainda tem uma política de Educação do Campo nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Possui PPPs bem parecidos com os da zona urbana, sem valorização da cultura, tradições e o modo de subsistência do povo camponês, que alimenta a cidade, estado ou país.

Apesar de sua definição ser recente, houve grandes conquistas, porém no governo de Jair Bolsonaro houve um retrocesso, e a pandemia veio, com ela o ensino Remoto, seus desafios para implementação em todas as áreas da educação, nas no campo as consequências de um não planejamento específico por parte do Ministério da Educação pensado para a educação do campo e todas as dificuldades que enfrentavam, com isso o abismo entre o campo e outras áreas se tornam infinitamente maior.

Os desafios são infinitos, e a falta de planejamento pensado no ensino no campo, trouxeram grandes dificuldades de aprendizagem, retrocedendo ainda mais a educação, a pandemia apenas reforçou o descaso e o desgoverno em relação ao povo camponês. Porém se me perguntassem algum ponto positivo neste caos formado, eu diria que o ensino remoto aproximou mais os alunos, a comunidade e a escola, muitos profissionais da educação viram a realidade e as dificuldades que seus alunos enfrentam para chegar na escola, chuva, estradas ruins, acesso restrito, casas simples, dificuldades financeiras entre outras. Abrindo os olhos de muitos para essa situação cruel e adversa em que vive a escola do campo, instigando a vontade em muito de buscar melhorias, de fazer diferente, buscar pelos direitos dos povos campo, e proporcionar uma educação de qualidade e respeitosa a cultura, história e as necessidades destes povos

Apesar dos esforços, de pais, alunos, professores, comunidade para que o ensino remoto no campo acontecesse, a comunidade escolar do Campo terá grandes problemas futuros, pois a defasagem na aprendizagem é gigantesca, houve apenas a preocupação em se cumprir um calendário escolar, dias letivos, e não com a realização do processo de aprendizagem em si, descumprindo nossa constituição federal que garante direito a uma educação de qualidade e igualitária a todos de nosso país, reforçando a importância da luta dos movimentos sociais em prol do povo camponês.

## REFERÊNCIAS

EVANGELISTA, L.; JACAÚNA NETO, A. F.; FREITAS, G. V. Desafios e perspectivas da educação no campo. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 2, n. 2, p. 403-426, abr./jun. 2023. ISSN: 2965-0003.

ARROYO, M. G. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas.** In: MOLINA, M. (Org.). Do campo e pesquisa: questões para reflexão Educação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs.). **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.** Documentos Finais. Luziânia, GO, 27 a 31 jul. 1998.

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do Campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo / Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. – Brasília, DF: **Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo**, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção por uma Educação Básica do campo, n. 3.

BIMBATI, A. P. **Quatro professores relataram os desafios do ensino no campo durante a pandemia e o que fazem para estarem próximos dos alunos.** Nova Escola. 2020. Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/19440/escolas-rurais-em-quarentena-internet-via-radio-acesso-limitado-aos-materiais-impressos-e-evasao-escolar#\\_=\\_](https://novaescola.org.br/conteudo/19440/escolas-rurais-em-quarentena-internet-via-radio-acesso-limitado-aos-materiais-impressos-e-evasao-escolar#_=_). Acesso em 02 de set., 2021

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. **O analfabetismo no Brasil: lições da história.** **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], p. 24-46, jan. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>>. Acesso em: 07 oct. 2020. doi:<https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986>.

BRITO, Flávia de Fátima. **Movimentos sociais e educação: o MST e a construção de uma nova pedagogia.** Dissertação de mestrado. UFU 2008. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13801>

BRITO, T. N.; SANTANA, J. J.; FERNANDES, M. N. **Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios.** Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 5, e 10278, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e1027>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.** [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145\\_011-pcp005-20&category\\_slug=marco\\_2021-pdf&Itemid=30192.htm](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145_011-pcp005-20&category_slug=marco_2021-pdf&Itemid=30192.htm)

CNE/MEC. RESOLUÇÃO n. 1- Parecer 36/2001: relatora Edla de Araújo Lira. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo, 03/04/2002**

CUNHA, P. A. (2020). A pandemia e os impactos irreversíveis na educação. **Revista Educação.** Recuperado de: <https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos>.

FONEC, **A Educação do Campo no enfrentamento da Covid-19 no Brasil.** Brasília, DF, 15 de abril de 2020.

FREITAS, G. V. **Educação do campo e desigualdade social**

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66511>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **População.**

Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/luziânia/panorama>>. Acesso em 24.ABRIL .2023.

IPEA, **Desafios do desenvolvimento. Perfil - Paulo Freire**, 2011. Ano 8. Edição 65 - 05/05/2011. Disponível em <

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2501:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2501:catid=28&Itemid=23)

MENEZES, E. T. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** Disponível em

<<https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>; acesso em 10 maio 2023

PARECER CNE/CP nº 15/2020, 6 de outubro de 2020. (2020). **Estabelece Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Ministério da Educação. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category\\_slug=maço%2021-pdf&Itemid=30192.htm](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=maço%2021-pdf&Itemid=30192.htm)

PORTAL INEP. **Censo Escolar de 2018**, disponível em < <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>> acesso em 20 ago. 2019

ROSA, D. S.; CAETANO, M. R. (2008). **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória... Seus desafios e suas perspectivas.** COLÓQUIO – Revista Científica da Faccat, 6(1-2), 21-34.

SANTOS, C. A.; MOLINA M. C.; HAGE, S. A. M. **Ensino Remoto e à Distância aprofunda as Desigualdades e não garante o Direito à Educação dos Povos Tradicionais e Camponeses em Tempos de Pandemia.** Colaboração de texto. 2020. Disponível em: < <https://anped.org.br/news/ensino-remoto-e-distancia-aprofunda-desigualdades-e-nao-garante-o-direito-educacao-dos-povos>> Acesso em 31 de mar de 2021.

SANTOS, C. A.; MOLINA M. C.; HAGE, S. A. M. **Ensino Remoto e à Distância aprofunda as Desigualdades e não garante o Direito à Educação dos Povos Tradicionais e Camponeses em Tempos de Pandemia.** Colaboração de texto. 2020. Disponível em: < <https://anped.org.br/news/ensino-remoto-e-distancia-aprofunda-desigualdades-e-nao-garante-o-direito-educacao-dos-povos>> Acesso em 31 de mar de 2021.

Data de submissão: 22/05/2023. Data de aceite: 25/05/2023. Data de publicação: 30/05/2023.